CETESB - GT DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL
BIBLIOTECA
AV. PROF. FREDERICO HERMANN JR., 345 CEP 05489 - PINHEIROS
SÃO PAULO - BRASIL

UNITED NATIONS CONFERENCE ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT
– UNCED –
(Rio de Janeiro, 3–14 June 1992)

- *Os Grandes Documentos*
- *Questões Levantadas pela Imprensa*
- *Opiniões e Comentários*

CENTURIÓN, R.E.B., Eng.

CETESB

Sumário

1. Os grandes documentos da Rio – 92
   1.1. Agenda 21
   1.2. Convenção de mudanças climáticas
   1.3. Acôrdo sobre biodiversidade
   1.4. Declaração do Rio
   1.5. Declaração de florestas

2. Principais questões levantadas pela imprensa durante a realização da Rio –92
   2.1. Chuvas ácidas
   2.2. Desertificação
   2.3. Guerra pela água
   2.4. Superpopulação do planeta
   2.5. Países em desenvolvimento atribuem aos países ricos a responsabilidade pela degradação ambiental
   2.6. Efeito estufa
   2.7. Destruição da camada de ozônio

3. Opiniões e comentários sobre os grandes documentos da Rio –92
   3.1. Agenda 21
   3.2. Convenção de mudanças climáticas
   3.3. Biodiversidade
   3.4. Declaração do Rio
   3.5. Declaração de florestas

4. Organizações não governamentais – ONG's
   4.1. As principais ONG's do mundo
   4.2. As ONG's brasileiras

5. Bibliografia

CETESB - CIA. DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL
BIBLIOTECA
AV. PROF. FREDERICO HERMANN JR., 345 CEP 05489 - PINHEIROS
SÃO PAULO - BRASIL

CETESB

33-10-581-9

UNITED NATIONS CONFERENCE ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT – UNCED

(RIO DE JANEIRO, 3 – 14 JUNE 1992)

CETESB - CIA. DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL
BIBLIOTECA
AV. PROF. FREDERICO HERMANN JR., 345 CEP 05459 PINHEIROS
SÃO PAULO - BRASIL

1. OS GRANDES DOCUMENTOS DA RIO – 92

1.1. AGENDA 21

O documento vai definir as ações concretas que deverão ser adotadas mundialmente para a preservação do ambiente, transferências de recursos e de tecnologias. É a "agenda" com a lista das prioridades para sanear o meio ambiente mundial até o século XXI. Tem 800-900 páginas e 40 capítulos (oceanos, atmosfera, desertos, financiamentos, etc.). Baseia-se na noção de desenvolvimento sustentável (que não agride o ambiente e não esgota recursos disponíveis) e pressupõe mudança profunda dos padrões de produção e consumo. Há divergencias sobre o montante que os países ricos devem transferir para os países pobres de modo a garantir o desenvolvimento sustentado. O custo estimado das medidas propostas atinge US$ 600 bilhões (Est.S.Paulo 04/06/92 & Folha S.Paulo 16/06/92).

Resultados:
Do custo estimado acima, US$ 125 bilhões teriam de ser doados ou emprestados pelos países ricos. Para tanto, cada um deles deveria se comprometer a destinar anualmente 0,7% do seu PIB para a limpeza do planeta. O vago compromisso obtido foi de que tentarão fazer isso até o ano 2000, ou "assim que possivel depois disso" (Folha S.Paulo 16/06/92).
No capítulo sôbre população, o documento reconhece que o crescimento populacional afeta a capacidade de sustentação da vida no planeta, mas não faz uma defesa clara de contrôle ou planejamento. Programas de saúde e informação consumirão US$ 7 bilhões por ano (Veja 07/06/92).
Os países produtores de petróleo ficaram isolados no capítulo sobre atmosfera. Com receio de uma queda nas vendas, os representantes dos países árabes queriam abrandar o texto referente às substituições de fontes de energia. Insistiram em aprovar princípios mais rigorosos nos trechos relativos à segurança, impactos ambientais e contrôle das novas fontes de energia como, por exemplo, o hidrogênio e a fissão nuclear (Est.S.Paulo 12/06/92). Igualmente, recomenda-se um aumento da eficiencia energética e diminuição de dependência de combustíveis fósseis, que emitem uma maior quantidade de gases que provocam efeito estufa. Não há metas específicas de redução das emissões. Sòmente os investimentos em energia estão projetados em US$ 120 bilhões anuais.
Desertos: prioridade para as terras com maior risco de degradação e regiões sujeitas a secas. Prevê que se realize em 1994, uma conferência sobre o tema, com vistas à elaboração de uma convenção. As medidas de combate custariam US$ 12 bilhões anuais.

33.10.581-9

No capítulo dos oceanos são tratadas duas questões principais: pesca e poluição. Para a primeira é recomendada a realização de uma conferência para disciplinar litígios sobre reservas de pesca e em alto-mar. Sobre a segunda, propõe-se regulamentos mais severos para diminuir lançamentos de dejetos por navios e de fontes terrestres. Custo previsto: US$ 85,4 bilhões.
No caso das águas doces prevê-se a racionalização do seu uso, contrôle das fontes de contaminação e expansão do tratamento, para garantir o fornecimento de 40 litros diários a cada habitante no próximo século. Para tanto ter-se-ia de dispor de US$ 54,4 bilhões.
No campo tecnologico estabeleceu-se que os paises em desenvolvimento teriam acesso facilitado a novas e eficientes tecnologias. Deveriam estas, ser fornecidas pelos países ricos a preços acessiveis, de comum acôrdo entre as partes.
Comércio internacional: barreiras alfandegárias e preços baixos de matérias primas prejudicam economias em desenvolvimento, aumentando a pressão sobre o meio ambiente. Para compensá-las, seriam necessários cerca de US$ 8,7 bilhões.
A pobreza é identificada como um dos fatôres de degradação do ambiente. Sua erradicação custaria a bagatela de US$ 30 bilhões por ano (Folha S.Paulo 16/06.92).

1.2. CONVENÇÃO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O objetivo do tratado, composto de 26 artigos, é o de estabelecer programas de proteção da atmosfera, de modo a se reduzir a emissão de gases que podem estar alterando o clima do planeta. Isto deveria acontecer em um prazo que permitisse aos ecossistemas se adaptarem naturalmente às mudanças climáticas. O dióxido de carbono (CO_2) e os CFC's (clorofluorcarbonos) – estes responsáveis pela destruição da camada de ozônio – são os dois principais vilões. Há divergencias entre os paises industrializados sobre o CO_2: os europeus querem limitar as emissões; os Estados Unidos, os maiores poluidores , não aceitam limites (Est.S.Paulo 04/06/92).

Resultado:
Cada país deve reduzir suas emissões de gás carbônico aos niveis de 1990, mas a convenção não dá prazo para que se cumpra o prometido (Veja 07/06/92). Os recursos financeiros para pôr em prática as medidas necessárias serão administrados provisóriamente pelo GEF (Fundo Global do Meio Ambiente), órgão do Banco Mundial. Foi assinado por 153 paises, inclusive os EUA (Folha S.Paulo 16/06/92).

33-10-581-9

1.3. ACÔRDO SOBRE BIODIVERSIDADE

O tratado é resultado de quatro anos de negociações e de cooperação entre técnicos, cientistas e agentes governamentais de 98 países. Visa a preservação das espécies vivas, com ênfase para aquelas em extinção. Também não há consenso entre ricos e pobres. Países do Terceiro Mundo reivindicam algum tipo de compensação financeira pelo aproveitamento econômico de suas reservas biológicas pelas empresas do mundo desenvolvido. Estas descartam esses mecanismos de compensação. Os Estados Unidos se recusam a assinar a convenção, acertada em Nairóbi, no Quênia.(Est.S.Paulo 04/06/92)
Problemas: os norte americanos não firmaram o tratado e alegam que o acôrdo não protege as patentes de novos produtos e tecnologias transferidos para os países em desenvolvimento. Outro óbice são as regras que disciplinam as experiencias e projetos em biotecnologia. Além disso, o governo dos EUA se opõe à forma de financiamento do programa.

Resultado:
Empresas dos países ricos devem transferir tecnologia e pagar royalties para as dos países pobres, nos negócios que fizerem juntos. Os EUA estão fora do acôrdo (Veja 07/06/92).

1.4. DECLARAÇÃO DO RIO

O documento tem 27 princípios ecológicos genéricos "com o objetivo de estabelecer uma nova e justa parceria global através da criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, setores importantes da sociedade e o povo. Também não há consenso. Os países em desenvolvimento se queixam de alguns pontos que impedem seu acesso às novas tecnologias não poluidoras. Os ricos querem cobrar por isso. A questão das florestas também é polemica. Os paises ricos querem instituir normas internacionais para supervisionar seu uso. Os pobres não aceitam perder sua soberania sobre suas florestas.(Est.S.Paulo 04/06/92 & Folha S.Paulo 16/06/92)
Também conhecido como Carta da Terra, este documento foi concebido para ter o mesmo valor que a Declaração dos Direitos Humanos, mas sua aprovação esbarrava no conflito árabe-israelense.
Em outros têrmos, a declaração afirma que os ricos poluem mais o planeta e têm de ajudar os pobres, com tecnologias limpas e dinheiro, para que os mesmos erros dos sistemas econômicos atuais não se repitam.

33 10 581 9

Resultados:
Aprovação de declaração de princípios tendo como pontos principais:
1) os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável, 2) os Estados têm o direito soberano de aproveitar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas ambientais e de seu desenvolvimento, 3) todos os governos e todas as pessoas deverão cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza como requisito indispensável ao desenvolvimento sustentado, 4) deverão ser protegidos o ambiente e os recursos naturais dos povos submetidos à opressão, dominação e ocupação, 5) para alcançar uma melhor qualidade de vida, os governos deverão reduzir e eliminar os sistemas de produção e consumo insustentáveis e incentivar políticas demográficas apropriadas, 6) as necessidades especiais dos países em desenvolvimento, sobretudo os menos adiantados e os mais vulneráveis do ponto de vista ambiental, deverão receber prioridade especial, 7) toda pessoa deverá ter acesso adequado às informações sobre ambiente, colocadas à disposição pelas autoridades públicas de seu país, incluindo dados sobre atividades que oferecem perigo em sua comunidade, 8) deverá ser evitada a adoção de medidas unilaterais para solucionar os problemas ambientais produzidos fora da jurisdição do país importador, 9) os Estados deverão notificar imediatamente aos governos dos outros países os desastres naturais e outras situações de emergência que possam produzir efeitos nocivos súbitos ao ambiente desses países,
10) os governos de cada país deverão proporcionar informação adequada e notificar previamente e na forma oportuna, os países que possam se ver afetados por atividades capazes de produzir efeitos ambientais nocivos além de suas fronteiras.

1.5. DECLARAÇÃO DE FLORESTAS

Acôrdo em torno da declaração de princípios sobre manejo florestal. Alguns princípios do documento não obtiveram consenso e continuam em aberto, entre eles o que lança as bases para uma futura convenção de florestas. Países detentores de florestas tropicais (entre eles o Brasil e a Malásia) não aceitam alguns pontos por receio de perderem a soberania sobre as suas áreas verdes.

Resultado:
Aprovada a declaração de princípios, sem força de lei, pela preservação de florestas inclusive as do Primeiro Mundo (Veja 07/06/92). Quando foi convocada a Eco-92, a idéia era ter uma terceira convenção, para incentivar a conservação e a exploração não predatória das florestas,o que se costuma resumir na expressão "manejo sustentado". Por pressão do G-77, entre os quais o Brasil, ela foi rebaixada a uma simples declaração de princípios "sobre todos os tipos de florestas" sem força jurídica. O temor era de que uma convenção representasse uma investida sobre a soberania dos países com florestas tropicais.
O texto garante aos Estados o direito soberano de aproveitar suas florestas de acordo com suas necessidades de desenvolvimento, desde que em bases sustentáveis (Folha S.Paulo 16/06/92).

33-10-581-9

2. PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS PELA IMPRENSA DURANTE A REALIZAÇÃO DA RIO-92.

2.1. Chuvas Ácidas -

Em meados dos anos 80, a chuva ácida deixava marcas de destruição na Europa e América do Norte. As primeiras vítimas foram os lagos. Milhares deles estavam quase sem vida na Escandinávia. Peixes extinguiram-se em cerca de 4000 lagos na Suécia e outros 18000 se mostraram afetados. Quando os níveis de pH caem abaixo de 4,5 é quase impossível para os peixes sobreviver. Tentativas de neutralização em cerca de 5000 lagos na Suécia mostraram resultados não muito encorajadores e parece que a propagação está se dando aos lençóis de água subterrâneos. Danos sensíveis foram registrados no noroeste dos EUA, no Sudeste do Canadá e na Escócia. Na Grécia as pedras que restaram do Partenon, em Atenas, se dissolviam aos poucos. Na Alemanha a arquitetura gótica da catedral de Colônia era corroída e estimava-se que 35% das florestas secavam.

Os principais vilões da história são o dióxido de enxofre (SO_2) e os óxidos de nitrogênio (NO e NO_2) que quando submetidos a determinadas condições de umidade e temperatura, levam à formação de ácidos sulfúrico e nítrico entre outros, que se encarregam dos estragos. Originam-se tanto em usinas termoelétricas que queimam carvão ou óleo quanto em veículos automotores, sofrendo transformações químicas na atmosfera e retornando à terra como ácidos, às vezes em áreas à milhares de quilometros de distância e desequilibrando ecossistemas estáveis. Sinais de danos a florestas na Europa atingem 30 milhões de hectares (1/5 do total de florestas existentes) e incluem particularmente os pinheiros e outras coníferas. Entre os sintomas estão o amarelamento, a queda prematura das pontas e o enfraquecimento geral resultante dos danos às raízes, pelas quais as plantas absorvem nutrientes. (Est.S.Paulo, & Soka Gakkai International.)

2.2. Desertificação -

A Assembéia Geral das Nações Unidas ao convocar a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 incluiu dentre os seus objetivos o contrôle das secas e da desertificação, dando a mais alta prioridade à necessidade de considerar todos os meios possíveis, inclusive financeiros, científicos e tecnológicos, para sustar e reverter o processo de desertificação com o objetivo de conservar o balanço ecológico do planeta. A alta prioridade dada à questão da desertificação se enquadra na filosofia geral da conferência, em que o desenvolvimento deve ser o seu grande objetivo. Além do mais, a desertificação está vinculada à pobreza, que em muitas regiões do mundo concorre para o fenômeno. A desertificação é o processo pelo qual o solo se torna estéril: primeiro se apresentam manchas no solo, a vegetação fica escassa e termina por morrer. À medida que o processo progride, surgem os desertos, grandes extensões de areia, sem água, onde a vida animal e vegetal é mínima. Para o nosso País trata-se de um dos mais sérios problemas, bastando lembrar que o processo de desertificação, que passou a ser identificado na década de 1970, já atinge mais de 50.000 km^2 no nordeste, o que corresponde ao tamanho dos Estados de Alagoas e Sergipe, com gravíssimos reflexos sobre a vida de aproximadamente 400.000 pessoas que habitam as regiões atingidas. Mas não é só no nordeste que o fenômeno se verifica, sendo que na região de Alegrete, no Rio Grande do Sul, a situação já é grave. No próprio Rio de Janeiro, os desmatamentos e as queimas de pasto começam a ameaçar as margens do Rio Paraíba.

31-10-581-9

2.3. Guerra pela Água-

Os árabes e israelenses estão brigando por causa da água, um recurso no Oriente Médio ainda mais valioso que o petróleo. É também um enorme foco de tensão entre os próprios países árabes. De fato, repetindo os velhos tempos nos quais o contrôle da água significava a hegemonia sobre a própria sociedade e as nações vizinhas, pelo menos meia dúzia de países do Oriente Médio estão envolvidos numa complicada e perigosa disputa.
As agências especializadas da ONU divulgaram na Rio 92 que pelo menos 25 países da África e do Oriente Médio já sofrem atualmente de crônica falta de água e que, no próximo século, estarão ameaçados de uma catástrofe, causada por falta de chuvas, crescimento acelerado da população e uma baixa produtividade agrícola em relação ao volume de água empregado para irrigação.

2.4. Superpopulação do Planeta -

Gente não é poluição mas o crescimento populacional tem um inegável impacto ecológico sobre os recursos não renováveis do planeta. a equação é a seguinte: quanto mais gente no mundo, menor a fatia do bolo a que cada um tem direito. Não importa a eficiência com que os recursos naturais sejam administrados.

ANO	POPULAÇÃO DO PLANETA
1950	2,5 bilhões de habitantes
1990	5,3 bilhões de habitantes
2000	6,4 bilhões de habitantes
2025	8,5 bilhões de habitantes
2050	10,0 bilhões de habitantes

Vejamos a seguir os ESTILHAÇOS DESTA EXPLOSÃO POPULACIONAL:

ESPÉCIES
- A devastação das florestas tropicais destrói 100 espécies animais e vegetais a cada dia. Oitenta por cento do desmatamento é motivado pelo crescimento populacional. Até o ano 2050, 5,9 milhões de quilometros quadrados de matas serão transformados em fazendas, estradas e cidades.

EMPREGOS
- Já existe um déficit de um bilhão de empregos no terceiro mundo. Para zerá-lo e acompanhar o crescimento populacional das próximas cinco décadas, vai ser preciso criar 38 milhões de novos empregos por ano. Isso requer um investimento total de 80 trilhões de dólares.

33-10-581-9

AR

– As emissões de dióxido de carbono vão duplicar nos próximos 30 anos se a população continuar a crescer ao ritmo atual. No ano 2025, os países subdesenvolvidos, que hoje respondem por 30% das emissões de CO_2 na atmosfera, estarão lançando 64% do total de gás carbônico.

AGRICULTURA

– A colheita mundial de grãos deve crescer mais de 15% até o ano 2000, mas haverá cada vez menos comida para cada terráqueo. O crescimento demográfico está sendo maior que o aumento da produtividade agrícola. A produção de grãos per capita deve cair 20% até a virada do século.

OCEANOS

– A capacidade do mar em fornecer alimentos está exaurida. Dentro de vinte anos, com o crescimento populacional, os pescadores terão ultrapassado o limite dos oceanos em 20%. Ocorrerá um desequilíbrio no ecossistema marinho. Devido à pesca excessiva, as populações de certos tipos de atum diminuíram 94% desde 1970.

BEM ESTAR

– Um têrço dos habitantes do planeta, concentrados no Terceiro Mundo, não tem acesso à água limpa. Com o crescimento demográfico, a falta de água vai piorar. A densidade populacional em alguns países pobres pode chegar a 1700 pessoas por quilômetro quadrado, cinco vezes mais que a densidade populacional do Japão hoje.

CETESB

31 10-581 9

2.5. *Países em desenvolvimento atribuem aos países ricos a responsabilidade pela degradação ambiental* –

Furiosos com o bloqueio político e a oposição determinada dos ricos frente às suas principais reivindicações, os países em desenvolvimento denunciaram a perpetuação entre as nações industrializadas de uma forma superluxuosa de vida responsável pela destruição do ambiente e pelo esgotamento dos recursos naturais. Queixaram-se amargamente de que alguns dos principais temas globais sequer mereceram a devida atenção na fase preparatória da conferência, dentre eles a dívida externa, o fim do protecionismo comercial, a transferência de tecnologia, mecanismos de financiamento de projetos ecológicos e principalmente, a integração de ambiente e desenvolvimento (Est.S.Paulo 04/06/92).

2.6. Efeito Estufa

As concentrações de CO_2 na atmosfera têm sido medidas em Mauna Loa, Hawaii, desde 1958. Quando essas medidas foram tomadas pela 1ª vez, o nível de CO_2 era de 315 ppm; 30 anos depois, em 1988, havia aumentado aproximadamente 12%, alcançando 353 ppm. Além do CO_2, acredita-se que vários outros gases estão tendo um papel cada vez mais importante no aquecimento global. O metano por exemplo, causa um efeito estufa 20 vezes maior que o CO_2 ; os compostos de CFC, 10.000 vezes maior. A julgar pela taxa de crescimento desses gases, acredita-se que até a metade do século XXI o efeito cumulativo do CO_2, será aproximadamente o dobro dos níveis que existiam antes da Revolução Industrial. As maiores concentrações de dióxido de carbono podem ser encontradas no Hemisfério Norte, altamente industrializado. As concentrações são mais baixas em torno da latitude 30º S, no Hemisfério Sul, devido possivelmente aos baixos níveis de consumo de combustível e de grandes áreas de oceano que absorvem o CO_2 da atmosfera. As concentrações de gás carbônico têm sido crescentes. Em análises do ar retirado de pedaços de gêlo do Polo Sul e da Groenlandia, descobriu-se que o nível deste gás, que era cerca de 280 ppm na época da revolução industrial, 200 anos atrás, cresceu drásticamente e hoje é de aproximadamente 340 ppm. Para conduzir pesquisas sobre o aquecimento global e para considerar possíveis contramedidas, o Programa para o Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) e a Organização Meteorológica Mundial (WMO) organizaram em 1988 o Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC). De acordo com um relatório dessa entidade, a temperatura média cresceu entre 0,3 e 0,6º C durante os últimos 100 anos. Se a atual tendência continuar, o Painel prevê que no final do século XXI a temperatura crescerá 3º C e o nível do mar subirá aproximadamente 65 cm. As temperaturas mais altas aqueceriam os oceanos, causando a expansão do volume. As geleiras e calotas polares também derreteriam. Os maiores danos seriam experimentados nas regiões costeiras e de deltas de rios, densamente povoados. Milhões de pessoas seriam retiradas de seus lares, ou privadas do acesso necessário às áreas agrícolas. Num prazo mais dilatado, a EPA prevê que o nível do mar subirá entre 1,4 e 2,2 m por volta do ano 2100. Estariam sob ameaça extensas áreas de cultivo de arroz, bem como áreas com elevada densidade populacional, regiões férteis dos deltas dos rios Ganges, em Bangladesh; o Indus, no Paquistão e o Yang-Tsé na China. Estimou-se que 1 metro em elevação resultaria em cerca de 50 milhões de refugiados em diferentes países (Soka Gakkai International).

33-10-581-9

2.7. Destruição da camada de ozônio

Centralizada em tôrno de uma altitude de 25 km, há uma camada de ozônio (uma molécula de oxigênio de 3 átomos) de 10 km chamada ozonosfera. Embora a concentração de ozônio na ozonosfera, seja menos de 1 ppm dos gases da atmosfera, ela possui a importante função de absorver a nociva radiação ultravioleta do sol, evitando que essa radiação atinja a superficie da Terra. A radiação ultravioleta pode danificar o material genético, prejudicando plantas e a vida animal. Em humanos, a excessiva exposição à radiação ultravioleta pode causar cancer de pele, glaucoma e reduzir a atuação do sistema imunológico.

Mecanismo de destruição de ozônio: os clorofluorcarbonos (CFC), são uma classe de compostos sintéticos altamente estáveis amplamente utilizados numa variedade de aplicações comerciais e industriais. Devido a esta estabilidade, os CFC's uma vez liberados ao meio ambiente, nele permanecem por muitos anos, concentrando-se gradualmente. Em altitudes em torno de 25 km na orla externa da camada de ozônio, a intensidade de radiação aumenta repentinamente, quebrando as moléculas de CFC e libertando átomos de cloro. Os átomos de cloro quebram as moléculas de ozônio transformando-as em moléculas de oxigênio. Acredita-se que um simples átomo de cloro possa converter cerca de 100.000 moléculas de ozônio em oxigênio.

Os CFC's são usados em aparelhos de ar condicionado e refrigeradores, na fabricação de espumas plásticas e como propelentes de aerossóis. Entre 1945 e 1988, cerca de 15 milhões de toneladas de CFC's foram liberadasà atmosfera. O Painel de Tendências do Ozônio da NASA estudou a taxa de diminuição anual do ozônio na atmosfera para os anos de 78 e 87 e descobriu que a taxa média global atinge 2,5%.

O "buraco de ozônio na Antártida", foi observado inicialmente em 1985, pelos membros pelo Centro de Pesquisas da Antártica Britânica, que descobriram que durante a primavera antártica as concentrações de ozônio caiam bem abaixo dos níveis normais. Respondendo a esse dado, a NASA apresentou uma análise das informações coletadas no seu satélite Nimbus e descobriu que havia um "buraco"na camada de ozônio acima do Polo Sul onde as concentrações caiam para 50% abaixo do normal em 1987.

Unidades Dobson: a espessura da ozonosfera é medida em Unidades Dobson, que indicam, em centésimos de milimetro, a espessura da camada que resultaria se todo o ozônio diretamente acima de um observador na superficie da Terra fosse trazido a um padrão de temperatura e pressão. O valor médio de Dobson para a ozonosfera é 300.(Soka Gakkai International)

37.10-581-9

3. OPINIÕES E COMENTÁRIOS SOBRE OS GRANDES DOCUMENTOS DA RIO - 92

3.1. AGENDA 21

A proposta brasileira pede que os ricos elevem para 0,7% do PIB seus recursos de assistência externa a fundo perdido, aumento que as nações em desenvolvimento reivindicaram na fase preparatória da reunião, por meio do grupo dos 77.
Em compensação, o documento atende a uma exigência dos ricos ao manter instituições já existentes- e principalmente a Global Environmental Facility.
Sobre contrôle da população, apenas um dos quarenta capítulos da Agenda 21, o maior documento da Eco 92, o texto é vago e não faz exigências sobre planejamento familiar.
O ministro alemão do meio ambiente, Klaus Toepfer, disse ontem que os economistas devem estudar ecologia - desde que os ecologistas passem a estudar economia. A ecologia é a solerte ciência do equilíbrio. A economia é a severa ciência da escassez. De mãos dadas devem arrancar de contribuintes e consumidores uma caixinha ambiental do tamanho de US$ 1,2 trilhão no curto cenário de uma década. Eis a fatura do armistício Development & Environment, cálculos do Banco Mundial, candidato a guarda livros dos eco-dólares. Cobra-se da Rio 92 um Fundo Verde caído do céu. A Rio 92 é um tiro de partida e não uma fita de chegada. Definir a dimensão do desafio ambiental já é uma grande conquista. A própria realização da conferência, a maior da História, é uma façanha política da civilização do conhecimento, mas não da sabedoria (sabedoria é o conhecimento temperado pelo juízo). O negócio, pois, é apostar nas cobranças de baixo para cima e de fora para dentro de todas as empresas e de todos os governos. Cobranças desencadeadas pela Rio 92, em escala planetária. (O Globo-RJ, 12/06/92)

3.2. CONVENÇÃO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- Os países em desenvolvimento, se enquadram em pelo menos quatro campos: os bons - pequenos estados-ilha e áreas costeiras baixas que estão sob grande risco devido à elevação do nível do mar; os maus - países como a Arábia Saudita com benefícios no petróleo a curto prazo; os prudentes - grandes países em desenvolvimento liderados pela Índia e China, preocupados com restrições a seu desenvolvimento futuro; e a vasta massa de nações indiferentes que não tem os recursos para contribuir significativamente ao processo. Os grandes países em desenvolvimento - enquanto insistem que as promessas dos países desenvolvidos são inadequadas - tem sido apaziguados por referências a novas e adicionais provisões de fundos para mudanças climáticas advindas de países industrializados. (Network '92 Independent Sectors n.17 May 1992)

33-10-581-9

3.3. BIODIVERSIDADE

- A Convenção sobre Diversidade Biológica é um acordo dividido em 42 artigos que estabelece uma "justa e equitativa divisão de benefícios referentes à utilização dos recursos genéticos". Entre seus artigos está o que estabelece o "reconhecimento da dependencia tradicional de muitas comunidades e povos nativos dos recursos biológicos e o desejo de aproveitar esse conhecimento para a conservação dos recursos e o uso sustentável de seus componentes." O texto estabelece ainda que "os povos locais têm direitos sobre os recursos biológicos". (Estado de S.Paulo-03/6/92)

- Segundo Goldemberg, o documento destinado a proteger a variedade de plantas, animais e microrganismos do planeta, subscrito por mais de 90 países, não atende aos principais interessados. É inútil fazer uma convenção internacional que não seja assinada pelos Estados Unidos, França e Japão, que são os países que tem recursos e consomem produtos que envolvem a biodiversidade.
As decisões tomadas em Nairóbi foram assumidas em grande parte por países pequenos e que adotaram uma posição retórica de proteção irrestrita de seus recursos. A posição adotada pelo governo dos EUA de não ratificá-lo durante a Rio 92 se relaciona ao fato de que o documento não protege as patentes de novos produtos e tecnologias transferidas para os países em desenvolvimento.

- Para Francesco di Castri (biólogo italiano, que preside o Programa Científico Mundial da Unesco), embora todos os países reconheçam há muito tempo a necessidade de controlar a exportação de sua riqueza biológica, a importância comercial que ela adquire como fonte de remédios, alimentos, energia, etc. é relativamente nova e só agora esta sendo regulamentada. As divergências tiveram início quando os países ricos, que começaram a utilizar esse patrimonio com a ajuda da biologia molecular, acharam que tudo que era material genético constituia propriedade universal e deveria ser conservado em estado natural. Os países mais pobres começaram a defender a soberania das regiões onde existe este material genético e quiseram uma compensação pelo uso de sua diversidade biológica.
Acho que mais importante do que a questão das patentes seria a manutenção da lista dos sítios que têm importância para a conservação biológica. O documento inicial possuia essa lista, na qual estava a Amazônia. Mas sob o pretexto de que a convenção teria ingerência direta sobre a soberania dos países e poderia se prestar ao controle internacional, foram eliminadas as referências geográficas. No caso das patentes, os EUA acham que cada caso deve ser estudado separadamente, os outros países defendem uma regulamentação geral na convenção.

03.10.581.9

3.4. DECLARAÇÃO DO RIO

– A Declaração do Rio estabelece entre outras coisas, o princípio do "desenvolvimento sustentável", a expressão da moda na Conferência e pela qual entende-se que a proteção ambiental deve ser parte integrante do processo de desenvolvimento. Em outro de seus relevantes princípios (o de número 7) os países ricos "reconhecem a responsabilidade que lhes cabe nos esforços internacionais pelo desenvolvimento sustentado, em vista das pressões que suas sociedades exercem no ambiente mundial e das tecnologias e recursos financeiros de que dispõe".
A Declaração do Rio é o texto que deverá lembrar, nos próximos anos, a gigantesca conferência realizada no Riocentro. Seus princípios é que deverão, de acordo com o preâmbulo, "estabelecer uma aliança mundial nova e equilibrada aravés da criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores chave das sociedades e os indivíduos" (Waack, W.- Est.S.Paulo, 12/06/92)

3.5. DECLARAÇÃO DE FLORESTAS

– Segundo Ting Wen Lian (representante da Malásia na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura-FAO), os países do 3º mundo não aceitarão acordos que tratem do uso de florestas e prejudiquem a soberania sobre os recursos naturais. Os países em desenvolvimento estão dispostos a realizar o uso sustentável de suas florestas, mas não aceitam "a proibição unilateral da extração de madeira". Os países do norte pensam em proteger as florestas tropicais, esquecendo-se de incluir nas negociações suas matas. "Setenta por cento das florestas da Europa são atingidas pela chuva ácida", garantiu. (Est.S.Paulo-03/06/92).

A Malásia, maior exportador de madeiras tropicais do mundo (1,5 milhões m^3/ano) e uma espécie de líder do bloco das nações cuja sobrevivência econômica ainda depende da exploração dos recursos florestais, torce pelo sucesso da Declaração de Princípios sobre Manejo Florestal, mas não abandona os planos de derrubar pelo menos mais 21 mil km^2 de matas nativas, o que corresponde a 6% de seu território (cêrca de 200 mil km^2 ; 56% do território malaio é coberto por florestas).

O boicote à madeira tropical reduz as possibilidades de adotar-se o uso sustentado das florestas, isto é, o corte da madeira num ritmo compatível com a capacidade de regeneração. O boicote normalmente faz cair o preço da madeira no mercado internacional e mais florestas acabam sendo cortadas para sustentar o mesmo número de pessoas(Est.S.Paulo 12/06/92).

A posição brasileira considera fundamental a conservação e o aproveitamento sustentado das florestas. O sinal mais claro da disposição do governo brasileiro em colaborar foi dado pelo presidente Collor, que citou a redução do desmatamento da floresta amazônica como um dos principais feitos de sua equipe no campo da conservação ambiental (Est.S.Paulo-07/06/92).

33-10-581-9

4. ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONG's

Os representantes das ONG's na Rio-92 foram mais numerosos do que os negociadores governamentais, numa proporção de 17,5 para 1. Estimou-se a participação de 35.000 ambientalistas contra 2.000 representantes de governos. Não se pode deixar de reconhecer, entretanto, que sob o guarda chuva das ONG's se encontram hoje, de empresários a índios, de políticos a pesquisadores e sindicatos. Essa diversidade não diminui sua força de pressão ou representatividade, embora nem sempre seja possível separar charlatães dos bem intencionados.
Além de fazerem sua conferencia paralela, discutindo as melhores formas de atuar em benefício do ambiente, neste ano as ONG's teriam 700 assentos na plenária oficial. As organizações mais poderosas já participaram das reuniões preparatórias da Rio-92 em Genebra, Nova York e Nairóbi. Seus representantes fizeram análises, críticas e pressões para mudar os textos oficiais, como faria qualquer lobista profissional.

4.1. As principais ONG's do mundo:

Friends of the Earth: fundada em 1971, se tornou famosa pela criação do "Dia da Terra", quando se realizam manifestações em defesa do meio ambiente em dezenas de países. Enfatiza a conscientização e a qualidade de vida. Tem a sede em Washington, EUA.

Greenpeace: O mais conhecido grupo ambientalista internacional. Começou suas atividades defendendo as baleias, focas e golfinhos. Fizeram protestos contra testes nucleares, sempre de forma sensacionalista, mas com o apoio de cientistas e advogados. Continua enfatizando a defesa dos oceanos, mas cuida também de poluição do ar e águas internacionais, além de lixo tóxico e Antártida. Tem sede em Amsterdã, na Holanda.

IUCN: Em português, União Internacional para a Conservação da Natureza e dos recursos Naturais. Ficou conhecida pela defesa dos animais ameaçados de extinção e pela publicação anual de uma lista internacional desses animais. Costuma pressionar diretamente os parlamentares e órgãos responsáveis pela proteção de parques e reservas, muitas vezes sugerindo leis. Tem sede em Gland, Suiça.

Sierra Club: O mais antigo grupo ambientalista dos Estados Unidos. Influenciou a formação de muitas organizações.
Defende a a preservação da natureza através de ações locais. Une turismo e lazer com a luta em defesa do patrimônio natural. Está sediada em San Francisco, EUA.

WWF: Em português, Fundo Mundial para a Natureza. Uma das mais poderosas organizações, com mais de cinco milhões de membros. Começou com a proteção de animais silvestres, como o urso panda, da China. Enfatiza a educação ambiental e o trabalho conjunto de legisladores e governos. Chegou ao poder, nos Estados Unidos, com a nomeação de William Reilly para a Agência de Proteção Ambiental (EPA). Sede internacional em Gland, Suiça.

33-10 581-9

4.2. As ONG's brasileiras

Biodiversitas: Ainda é um grupo novo e discreto, mas bastante profissional. Conta com pesquisadores e apoio das universidades e enfatiza a defesa dos animais ameaçados de extinção e a preservação de seus hábitats. Tem sede em Belo Horizonte.

FBCN: A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza é uma das organizações mais antigas do País. Fundada em 1958, foi importante na decretação de muitos parques e áreas de proteção. Tem sede no Rio de Janeiro.

Funatura: Tambem enfatiza a preservação de parques e criação de áreas de proteção. Trabalha junto aos órgãos ambientais de governo e legisladores. Fez o plano de manejo de diversos parques e esteve no poder com sua presidente, Maria Tereza Jorge Pádua, ex-presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama). Tem sede em Brasília.

IEA: O Instituto de Estudos Amazonicos ficou conhecido pelo seu envolvimento com os seringueiros do Acre, principalmente depois da morte de Chico Mendes. Defende a criação e implantação de reservas extrativistas e a formação de cooperativas dos chamados "povos da floresta". Tem sede em Curitiba.

SOS Mata Atlântica: É uma das organizações mais profissionais do País. Enfatiza a proteção de remanescentes da Floresta Atlântica e a conscientização sobre o meio ambiente. Trabalha junto aos meios de comunicação e institutos de pesquisa. Faz o monitoramento dos desmatamentos através de imagens de satélites. Tem sede em São Paulo.

5. BIBLIOGRAFIA:

-Ambiente. O Estado de São Paulo. 01 a 15.06.92. E.S.P. S.P.
-Folha de S.Paulo. 16.06.92. S.P.
-Veja. Nºs 17,24 e25. Abril e junho de 1992. Ed.Abril. S.P.
-Eco Rio. Rev.Bras.Inf.Ambiental. 1992. Ed.Tricontinental. R.J.
-Network '92. # 17, May 1992. The Centre for Our Common Future and IFC. Geneva. Switzerland.
-The '92 Global Forum. October 1991. R.J.
-Abes Vidativa N.33 Jun 92. R.J.
-Our Common Future. World Commission on Environment and Development. April 1992. London.U.K.
-Cetesb. Recorte de Noticias. Datas diversas. S.P.

* Preparado pelo Eng. R.E.B. Centurión (Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento)
14/08/92
UNCED92

33-10-581-9